

A dimensão do *cuidar* e a re-significação do espaço público no pensar e agir de MLP

[...] a liberdade não está num "depois",
mas está no próprio cerne da situação que vivemos.

1. *Cuidar* e *espaço público* aparecem-me como dois pontos de energia a atravessar, cruzando-se, o pensamento e a intervenção pública de MLP. Conceptualmente, surgem no seu discurso como dois *topoi* a estruturar ou duas noções-caudal a permear a sua visão política, ao mesmo tempo que se multiplicam e dividem por outras ideias e propostas. São matriciais no seu contributo para a redefinição de uma política que põe em causa as referências habituais.

Em si mesmas, não são palavras novas; pelo contrário, cada uma à sua maneira entra na história das ideias, de modos e com usos diversos; mas não é aqui o lugar para essa arqueologia (que, aliás, foi sendo feita durante este ciclo de conferências). O certo é que, em termos de visão política, MLP introduziu nelas uma força inovadora.

Nestes quatro dias de reflexão, organizados pela FCF e a Universidade de Évora, essas duas noções foram focadas a várias vozes, sob perspectivas diferentes e em diversificados contextos, isoladamente ou articuladas, sempre - como anunciado - "Com MLP em fundo". Mesmo sem ter podido estar presente em muitas das sessões, não tenho dúvida de que o conjunto delas, bem como os debates, terá constituído uma excelente contribuição não só para melhor se conhecer em Portugal o pensamento e a intervenção de MLP como também para a partir daí se prosseguir e ampliar a reflexão. Uma reflexão que vá incorporando novos ingredientes, vindos de outras vozes e lugares, e leve a conceber (criativa - mente) possibilidades de intervir na sociedade - como MLP sempre fez.

Por esta iniciativa ambas as instituições, e as pessoas que de dentro delas a trabalharam, estão claramente de parabéns.

Cabe-me apresentar, no fecho destes dias, alguns elementos a respeito das noções *cuidar e espaço público* agora já não com MLP em fundo, mas no seu próprio pensamento e intervenção.

Faço-o, assumindo naturalmente um olhar parcelar, o meu. Mas -- a partir de que lugar é que aqui falo? (Assumo esta introdutória clarificação da voz que fala, que o conhecido intelectual e jesuíta francês Michel de Certeau propunha e que MLP tanto valorizava). De que lugar falo?

Em parte, falo do lugar de quem, durante cinco anos, no Terraço do Graal e ainda em vida de MLP, congregou um grupo - diverso, flutuante e coeso - com jovens e adultos, para estudo e discussão do livro (de que mais adiante falarei): *Cuidar o Futuro*. Um livro com assinatura colectiva, mas com a inconfundível visão e a marca de mão de MLP - onde o "cuidar" é apresentado como cerne da atitude política, conferindo maior exigência à função política do espaço público.

Falo também de um lugar de proximidade - a de quem durante mais de 40 anos conviveu com a pessoa, as ideias, projectos, zangas, sonhos, frustrações, as realizações da Maria de Lourdes, em Portugal e em contextos internacionais.

E, neste momento, falo ainda de outro lugar: um lugar que, quase artificialmente, procurei abrir (quem sabe se o consegui), algo distanciado, não por frieza analítica, mas *outro*, capaz de tornar-se condição duma nova escuta (dos escritos e empenhamentos da ML) _____ como se fosse uma primeira vez.

Reli agora, e também li por primeira vez, vários textos seus sobre estas matérias. Além dos ensaios publicados, alguns dos textos disponíveis no *Arquivo MLP* online, simpaticamente seleccionados por uma das pessoas da Fundação, de entre tantos mais que lá figuram e outros que aguardam ainda digitalização.

Essa leitura levou-me a uma (quase) evidência: as duas noções que hoje aqui nos convocam, usadas por MLP entre os anos 90 e os 2000, correspondem a preocupações suas que vêm de longe, de muito longe, dos inícios da sua vida activa: anos 50. E é sobretudo isso que gostaria de aqui trazer, apontando alguns dos

marcos que irrompem numa sequencialidade do pensamento. Dessa irrupção, aliás, dá conta a própria MLP, em 1985:

o que penso cria o edifício que dá consistência ao meu pensamento, para, logo em seguida, esse edifício, essa estrutura criada me obrigar a uma nova reflexão, a uma nova maneira de encarar as coisas, a uma nova percepção do mundo. Nessa nova percepção surgirá a chispa [...] que por seu turno revelará o caduco do que acabara de criar e, dismantelandando o existente, revelará algo radicalmente novo. E assim por diante.¹

De facto, a experiência de quem a lê é a de testemunhar um pensamento em acto ou o pensamento no movimento mesmo de pensar-se.

Nesse movimento, MLP acolhe elementos vindos de muitos lados - do pensamento científico, filosófico, político ou teológico, antigo e actual. (Só nos 23 textos online que li - muitos deles longos ensaios - cruzei-me com cerca de 30 nomes das mais variadas áreas - nomes manuscritos na margem dos textos, a lápis ou a tinta.)

Sem quaisquer mecanismos miméticos ou tendência "citativa", o seu trabalho é o de pensar com, entretecendo redes entre elementos diversos ou até contraditórios, que a pesquisa e o estudo lhe trouxeram ao encontro. Participante duma epistemologia científica, como engenheira, não transpõe conceitos directamente de um para outro contexto, antes transfere percepções e opera por teias de analogias, num modo por si tão apreciado como o de pensar "entre-saberes". Essa ligação com o pensamento de ponta seu contemporâneo bem como a convivência com as raízes da sua cultura judeo-cristã, de par ainda com uma atenção permanente e crítica aos dados do mundo, levam-na a repensar tudo e a poder abrir insuspeitadas brechas. E sem dúvida, os convites para a Universidade das Nações Unidas em Tóquio, em que participou durante vários anos, ou para o "Comité des Sages" na Europa, são sinais da sua estatura intelectual internacional.

¹ Maria de Lourdes Pintasilgo [MLP]. *Dimensões da Mudança*. Pref. Eduardo Prado Coelho. Porto: Afrontamento, 1985, 18.

Entre esses saltos de grande alcance - quânticos, por vezes, porque alteraram paradigmas -, há simultaneamente nexos fortes a traçar fios de permanência. Como EPC sugeria em 85, no pensamento de MLP "o que está verdadeiramente em jogo é exactamente o mesmo"². A meu ver, essa continuidade advém não só de uma força de carácter como, e sobretudo, do entendimento de uma fé intramundana e da radical proposta evangélica de um Horizonte (no sentido de destinação do humano) e de uma ética - o que modela uma forma singular de presença ao Mundo e à História, aos quais MLP permanecerá intensamente ligada. E descubro aqui com gosto um posicionamento que ligo ao pensamento de Spinoza (embora com ele não me cruzasse nestes textos), quando, na *Ética*, em particular no livro V, o filósofo - judeu-português seiscentista - estabelece uma intrincada conexão, talvez pela primeira vez (outros depois virão), entre ontologia e ética, concebendo a ética como decorrente de uma ontologia.

2. Se considerarmos por instantes os inícios, isto é, anos 50, encontramos com o futuro já em potência. Num texto dactilografado, de 1957 - "A responsabilidade cívica do estudante universitário" - dirigido aos católicos da JUC/JUCF, no dia da "Pax Romana", ouvimo-la convocá-los à responsabilidade cívica e social:

Os estudantes são [...], na sociedade "instalada" que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. (17)

[...] cada pessoa é um elemento indispensável do conjunto, o elo duma cadeia que envolve a terra, penetra todos os sectores da vida humana e está presente em todas as concepções e estruturas sociais. (19)

A citação, mesmo com cortes, é longa, mas importante, por ser indicativa do que já nessa década a mobilizava:

Cabe aos universitários edificar o bem comum. [...] e o] contacto individual ou de grupos de estudantes com jovens de outros meios sociais, em particular, com operários é uma faceta importante dessa construção do bem comum. [...] [o dever cívico] supõe uma visão clara dos factos da realidade social e não a "opinião", sempre flutuante". [...]

²Eduardo Prado Coelho. "Prefácio". MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref.. Porto: Afrontamento, 1985, I.

É [-lhes] pedido [...] o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom senso. [...] só com esses elementos se constrói a cidade nova.³

Quando sentirmos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admirarmos e respeitarmos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado para trás o apego às nossas coisas [...] só porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam, sofrem e amam como nós, quando o bem comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos [e], quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuímos concreta e eficazmente para o bem de todos os homens como o sentimos em relação aos que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica [ter-se-á] verdadeiramente alargado às dimensões do mundo.⁴

O grande objectivo aqui apresentado é o "bem comum" - expressão que ecoa uma formulação cristã, acentuada ainda (mais adiante no texto) pela metáfora paulina do "corpo místico". Com isso MLP apela a uma consciência cívica que implique os cristãos como "um só corpo", numa igualdade. Apela à sua vigilância sobre os direitos fundamentais e ao respeito pela diversidade humana no mundo (e joga-se aqui o valor que o cristianismo veio atribuir à dignidade da pessoa humana). Define pois um imperativo social, já com o sentido da responsabilidade perante o mundo - com rigor e empenhamento e não com "opiniões" nem - dirá mais tarde - "com o *zapping* como método de observação dos factos"⁵. Em 1985, ouvimos-lhe um quase aforismo imperativo: "*A grande empresa é mudar a vida*" - que supõe, tal como o disse em 57: a "loucura de fazer coisas para além do bem senso".

No entanto, ainda não há aqui qualquer explícita intenção política: contexto católico, tempo da ditadura, ML tinha 27 anos.

Outras etapas se seguirão e com elas novos contornos e razões. Lembro aqui apenas três dos marcos que sobressaem no seu percurso de pensamento.

Nos anos 60, o conceito de *noosfera*, proposto por Teilhard de Chardin virá dar razão de ser antropológico-científica ao que antes para MLP tinha sobretudo a

³ MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. *Arquivo MLP*, 0012.012, 15.

⁴ MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. *Arquivo MLP*, 0012.012, 19.

⁵ MLP. "Femmes et hommes au pouvoir". Paris, 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

⁶ MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref.. Porto: Afrontamento, 1985, 18.

marca de uma visão teológica. Visto pelo cientista, e também jesuíta, Teilhard, o fenómeno humano é uma das muitas camadas de vida no Universo, a partir da qual cada pessoa fará, depois, o processo de uma individuação. Aqui fundará MLP o seu entendimento de uma solidariedade a nível ontológico, a ligar os seres humanos à volta da Terra. Solidários, porque cada pessoa será sempre um "eu-com-outros-no-mundo" - a formulação é de Merleau-Ponty, e ML apreciava-a.

À volta dos anos 70-80, o aprofundamento da noção de sujeito, trazida pelos físicos Niels Bohr, Heisenberg, pelo filósofo Paul Ricoeur, como a própria MLP o declara, veio dar ainda mais relevo à ideia da pessoa enquanto sujeito do desenvolvimento, da política, enfim, sujeito da sua própria História.

Nos anos 80-90, a visão que Hans Jonas e também Emmanuel Levinas, de pontos de vista naturalmente diversos, conferiram à noção de "responsabilidade" - dando-lhe o estatuto de dimensão primeira, ontologicamente fundante do sujeito e anterior à própria liberdade - virá adensar, na visão política de MLP, o dever primeiro de solidariedade entre os humanos. Por isso já nos anos 90, quando equaciona o cuidado como fulcro da política, nós podemos, olhando para trás, ver desenhada essa linha funda de continuidade nos grandes objectivos.

Quanto ao relevo desses objectivos, comentava Eduardo Prado Coelho:

[...] não é apenas a Política, a Democracia ou a Modernidade que estão em jogo neste jogo, mas o porquê do jogo, que passa pela [...] sobrevivência da espécie humana. O que não é pouco.⁷

Dos anos 50 a 74, MLP estará em Portugal, no quadro do Graal, em equipas interdisciplinares ou não, com outras pessoas do Graal, e não só, empenhada em criar contextos de conscientização política, com universitários, rurais e suburbanos (pedagogia de Paulo Freire para a alfabetização-politização). E no contexto do Graal também treina jovens profissionais em "análise crítica da sociedade", lidera debates (quase à porta fechada) sobre alternativas para o país,

⁷ Eduardo Prado Coelho. "Prefácio". MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref.. Porto: Afrontamento, 1985, III.

cenários para o desenvolvimento, reflecte com grupos de mulheres a imagem do feminino nos *media*, e muito mais. O objectivo era já o de criar consciência crítica nas populações, ou seja: a ideia de cidadania já aqui em potência.

MLP está já em vários fóruns internacionais, alguns por ter aceitado, em 69, funções dentro do regime - Câmara Corporativa e representação do país na ONU - votando vencida na primeira e apresentando em NY uma visão totalmente descoincidente com a oficial - pelo que lhe foi retirada confiança política e função.

Acreditava então na possibilidade duma mudança por dentro, de mentalidades e estruturas, para atingir uma (muito improvável) transição de regime - que só chegou naquele Abril, de 74, (quase) como revolução.

Todos esses empenhamentos e o pensamento que foi elaborando abriram caminho para uma radical visão política que, nos anos 90, haveria de materializar-se no cuidado como matriz da política e na concepção de um espaço público explicitamente político.

4. Toda a intervenção política de MLP, mesmo sem usar da designação, incide na *res publica* e precisamente no "espaço público".

Como se sabe, *espaço público* foi tendo diferentes conteúdos e funções, de acordo com as sociedades que o pensaram: da *ágora* grega, à esfera pública moderna de Habermas, ao espaço das aparências debatido por Hannah Arendt, a tantos outros - passando do simples lugar físico, à dimensão política e económica, à simbólica, e por aí fora, em todos os casos, porém, sempre alguém duma cidadania efectiva.

Nos anos 60-70, a intenção de MLP era, como vimos antes, a de conscientizar e politizar, para que no país se fosse criando *massa crítica* (no sentido de Karl Marx), capaz de mudar o estado das coisas.

Depois de 74, MLP conceberá uma democracia participativa em expansão, através duma cidadania substantiva de todos, com o propósito de "revitalizar o tecido social" e de "criar uma sociedade multipolar".

O exercício da cidadania é para si inerente à política: "a política é de todos e de todos os dias", diz, e o espaço público é lugar de convergência de múltiplas perspectivas, onde por excelência "o ser humano emerge como sujeito, como povo e não multidão anónima, envolvendo-se na construção da cidade e (cita agora Paulo Freire) *acrescentando o mundo que não fez*"⁸. Daí que a cidadania lhe apareça simultaneamente como um direito, inalienável, de cada pessoa, mas também como um dever, pela responsabilidade de cada um, enquanto sujeito perante o mundo. Aliás, ecoando o oitocentista Cardeal Newman e também a Simone Weil, MLP será apologista duma futura "Carta de Direitos" que, lado a lado, inscreva direitos e responsabilidades dos cidadãos.

Para MLP, o espaço público é um espaço da política, porque nele se exercem as vozes cidadãs, participantes de direito na decisão política e com função de avaliação permanente do poder - o contrário da sociedade anónima, massificada, à margem da política ou duma "opinião pública" sem dimensão e eficácia política.

A comum assimetria Estado / cidadãos merecerá a sua denúncia (1983 ONU, Paris), por aí se revelar "o impoder do poder e o poder dos não-poderosos"⁹. E ao carácter "críptico, autoritário, excluyente" do poder vem contrapor "uma racionalidade operacional e o cuidado pelo outro"¹⁰. A secundarização das mulheres, dos grupos marginais ao tecido social, dos múltiplos actores sociais são situações por si criticadas como manifestações de um défice democrático que importa eliminar. Isso a fará insistir na importância da cidadania como o pilar mais forte da democracia, dizendo em 1975 em Paris, Ministra então dos Assuntos Sociais:

Vejo cada vez menos o poder concentrado no topo da pirâmide política. Vejo-o onde as relações se estabelecem, onde se criam novos modelos de existir em sociedade, onde se rompe o individualismo que nos aprisiona num beco sem saída. Vejo o poder onde a imaginação para inventar o desejável se liberta, onde se ultrapassa a competição desenfreada, onde no real se faz o possível.¹¹

⁸ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 7.

⁹ MLP. "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". ONU (?), 1983. *Arquivo MLP* 0210.025, 1.

¹⁰ MLP. "Femmes et hommes au pouvoir". Paris 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

¹¹ MLP. "Journées internationales à Paris". Paris 1975. *Arquivos*, 0013.038, 2.

Justamente em ordem a contribuir para um espaço público politicamente mais eficaz em Portugal, lançou nos anos 80 um movimento de cidadãos: Movimento para o Aprofundamento da Democracia (o MAD).

No mesmo sentido advogará que ONGs e movimentos sociais (de par com sindicatos e associações patronais) sejam assumidos pelo Estado como "parceiros sociais" de pleno direito, convocados - conforme as matérias sobre a mesa - a tomar parte nas decisões públicas, vendo neles a expressão de um poder real no espaço público.

Em 93 em Paris, descreve o "vazio da democracia representativa" por ela ter "a classe política inscrita no corpo social na posição inversa ao que devia ser"¹².

Nos anos 90 em Lovaina acusará a Comissão Europeia, da "falta de acesso à igualdade entre cidadãos e classe política, para a construção europeia"¹³, tal como em Lisboa voltará do avesso a linha neo-liberal dominante, com a proposta de "um novo modelo de globalização [que se estruture] a partir da base"¹⁴, apontando a uma cidadania não apenas local, mas global.

No entanto, sabe bem que para haver cidadania é preciso que os cidadãos tenham os seus direitos garantidos.

5. Daí que, desde anos 50, como vimos, tenha insistido nos direitos fundamentais, em vários fóruns: fala duma *cidadania de 1º nível*, com os direitos cívicos e políticos (notando que nem nos países da EU as minorias os têm garantidos) e duma *cidadania de 2º nível*¹⁵, com os direitos sociais, económicos, culturais, coextensivos aos primeiros¹⁶, dizendo que nem Tratado de Maastricht, nem a sua correcção de Amesterdão os integram plenamente; hoje, acrescentaríamos ao rol o Tratado de Lisboa.

¹² MLP. "Emergence du féminin et démocratisation du politique". Paris (?). *Arquivo MLP*, 0210.02, 9.

¹³ MLP. "Égalité – Identité". Louvain, 1992. *Arquivo MLP*, 1226.915,1.

¹⁴ MLP. "As ONGs num contexto de globalização" Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1998. *Arquivo MLP*, 0191.002.

¹⁵ MLP. *Dimensões da Mudança*, 33.

¹⁶ MLP. *Dimensões da Mudança*, 34.

Em instâncias europeias e internacionais e em Portugal na Comissão de Ética, aos chamados "novos direitos" (à saúde, ao repouso, ao lazer, etc.¹⁷) acrescentará, entre os anos 90 e 2000, outros ainda - novíssimos e pouco consensuais:

- o direito a um ambiente sã, que a equação produção/consumo destrói;
- à permanência do genoma humano, isto é, da espécie tal como a conhecemos. Etc.

Ora a igualdade de todos perante leis e oportunidades é para MLP expressão fundamental do reconhecimento da pluralidade humana a todos os níveis. Não se trata já dos direitos do homem, masculino, branco, etc., mas dos direitos "[d]as pessoas concretas que habitam o planeta"¹⁸. Por isso insistiu, dos anos 70 até ao fim, no respeito por uma diferenciação na igualdade¹⁹: "a democracia [tem] de dar conta da composição diversificada da sociedade" (dirá em Paris em 95²⁰).

Não por acaso, a figura da Antígona de Sófocles será para MLP exemplar e quase tutelar, pela sua defesa de leis "não-escritas", o que implica erguer a voz em nome do que não tem voz e dos sem-voz. E foi sempre desse lado que MLP quis estar.

6. Para que haja esse espaço público dinâmico²¹, MLP dá particular ênfase aos direitos das mulheres, denunciando a sua gritante desigualdade como uma das graves violações dos direitos humanos. Incita à igualdade de homens/mulheres perante leis e oportunidades (e mais tarde à paridade²²). A sinalizar o seu empenhamento está, por ex., a presidência que assumiu em 1973 da primeira Comissão oficial portuguesa para a "Política Social Relativa à Mulher".

¹⁷ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 8-9.

¹⁸ MLP. "Cuidar o Futuro, direitos e deveres". 2004. *Arquivo MLP*, 0210.002.

¹⁹ Ouvimo-la falar de igualdade e de diferenciação, pelo menos desde os anos 70. ECOSOC. NY, ONU, 1972. *Arquivo MLP*, 0026.016, p. 16.

²⁰ MLP. "La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?" Paris 1995. *Arquivo MLP*, 0211.019, 5.

²¹ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11-17.

²² MLP. "La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?". Lisbonne/Paris. In *Arquivo MLP*, 0211.019.

Convicta de que não há *espaço público* democrático sem a participação das mulheres em todas as instâncias e decisões da vida pública, aponta internacionalmente - na UNESCO, ONU²³, ECOSOC-N.Y., em Copenhague, Paris, etc. - dos anos 70 a 2000, o escandaloso défice da sua participação a todos os níveis, revelador de democracias "de baixa intensidade" - a expressão é de Boaventura Sousa Santos. E não só pela sua força numérica, mas pela diferença qualitativa que a sua presença pode significar.²⁴

MLP apercebe uma afinidade entre os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais (operário, de libertação, de estudantes²⁵) por neles reconhecer um potencial de mudança²⁶ e di-lo, por exemplo, em 76 em Paris:

as mulheres, como todos os oprimidos, ligarão a sua opressão à de todos os outros, para mudarem a sociedade".²⁷

Acredita que a experiência de uma marginalidade específica²⁸ constitui nas mulheres um património milenar, potencialmente subversivo e inovador, a "enriquecer o imaginário colectivo"²⁹. Daí que entenda a participação cívico-política das mulheres como possibilidade de alterar a marca patriarcal da cultura política dominante, dirá nos anos 80 em Paris. Mas teme que a igualdade tome o masculino como norma e, "ao visar a termo a uniformização total da espécie humana, põe em

²³ MLP. "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". UNESCO (?), 1983. *Arquivo MLP*, 0210.025, 8.

²⁴ MLP. "Contribution de l'UNESCO a l'amélioration de la condition des femmes". Paris, 1978. In *Arquivo*, 9229.038, 4-6. Um exemplo: em 1978 - era embaixadora na UNESCO, em reunião da Organização para análise do "Relatório" sobre "medidas para melhorar as [...] condições [das mulheres]", critica a própria UNESCO, por não se abrir à participação das mulheres e diz: "ninguém pode falar em nome das mulheres"

²⁵ MLP. ECOSOC. NY, ONU, 1972. *Arquivo MLP*, 0026.016,2.

²⁶ MLP. ECOSOC. NY, ONU, 1972. *Arquivo MLP*, 0026.016,3.

²⁷ MLP. "Partisans ou suivantes - ou les femmes dans le processus révolutionnaire portugais". Paris, 1976. *Arquivo MLP*, 0044.006,14; "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". UNESCO [?], 1983, *Arquivo MLP*, 0210.025, 7: "os grupos marginais dissidentes deixam a subjectividade falar".

²⁸ Edgar Morin designou as mulheres como uma *classe bio-social*, o que mereceu adesão de MLP.

²⁹ MLP. "Égalité - Identité". Louvain, 1992. *Arquivo MLP*, 1226.915, 2.

causa a sua diversidade"³⁰. Por isso, e para todos os conjuntos sociais, exige - repito - uma igualdade na diferenciação³¹.

Enquanto transversais a todas as outras, as questões das mulheres são consideradas por MLP essenciais para a mudança da política. Ocuparam-na ao longo da vida, intelectual e politicamente, e sobre elas escreveu muitos ensaios e proferiu conferências, em Portugal e noutros países.

7. Ao pensar o desenvolvimento, MLP articulava-o também com a democracia, dizendo que na Europa em particular eles são "dois termos duma mesma equação" ou "dois eixos da mesma realidade"³². Por um lado, porque o desenvolvimento vai fazendo surgir a necessidade de garantir novos direitos; por outro, infere-se do seu discurso, porque nos países mais industrializados, a sociedade civil se foi tornando cada vez alienada das decisões políticas, reduzida a um silêncio sem perguntas ou a uma indignação sem voz, permitindo que o desenvolvimento crescesse em direcções sobre as quais os cidadãos não eram ouvidos nem achados. E assim o desenvolvimento foi acontecendo sem que as necessidades e vulnerabilidades das pessoas concretas estivessem no centro das preocupações.

Várias vezes MLP chamará a atenção internacional para a ausência de um "trabalho de pensamento sobre o que significa desenvolvimento para a Europa"³³, por o conceito, para os europeus, dizer respeito aos outros povos: aos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Desde os anos 70 que MLP vinha criticando o modelo corrente de desenvolvimento: mostrará nos anos 80-90 como a "nova ordem mundial" nada resolveu, ao apenas "alargar o [...] modelo dos países industrializados a todas as

³⁰ MLP. "Pluralité (diversité) et égalité", 1992 (?). *Arquivo*: 0210.020.

³¹ Diferença palpável em modos de intersubjectividade, relação à natureza, ao saber, às emoções; nos processos cognitivos e modos de apreensão do real, na palavra, resultantes de processos de individuação próprios (in "Pluralité [...]", 15-17).

³² MLP. *Dimensões da Mudança*, 36-37.

³³ MLP. *Dimensões da Mudança*, 36.

sociedades", reproduzindo assim em todo o mundo as mesmas formas esgotadas de viver e de trabalhar; mais tarde desmontará também as falhas existentes no próprio desenvolvimento designado como "sustentável", por ele não sustentar (ainda?) nem a vida da maioria das pessoas nem a própria Terra.

Nos anos 90 apontará então uma situação já extrema, que é a de um economicismo desenfreado, sem parâmetros sociais, selvagem, imoral até, por poucos beneficiarem dele, que deixa a maioria na "crueldade da sobrevivência" - expressão do General Obasanjo, da Nigéria - e exaustos os recursos comuns da Terra. Mas tantas foram as suas iniciativas a este respeito que não é possível aqui sequer enumerá-las.

No início dos anos 90, MLP foi convidada a presidir a uma "Comissão Independente para as Questões da População", paralela a essa outra que a ONU organiza em 1994, no Cairo, sobre "População e Desenvolvimento". E aí MLP terá ocasião privilegiada (com a Comissão que para esse trabalho formou) para conceber e apresentar ao mundo uma orientação política inaugural e radical.

Constituída por pessoas com quem MLP partilhava visão e critérios, esta Comissão apercebeu-se imediatamente de que a questão da população só poderia pensar-se quando articulada com outras esferas da realidade. E após três anos de trabalho, a sua visão inicial será confirmada (em uníssono com outras vozes críticas em todo o mundo): a humanidade está em risco, podendo a Terra não suportar mais a carga das nossas actividades e desperdícios.

Perante essa realidade, a Comissão declara que as perspectivas de um crescimento económico ilimitado acabaram; que a humanidade se encontra diante de um espaço a fechar-se.

Tal como MLP o enunciara já, a Comissão afirma agora que é imperiosa uma viragem que coloque as pessoas concretas e a natureza no centro da concepção de desenvolvimento e de todas as políticas. Propõe a promoção da qualidade de vida para todos, em todas as sociedades como prioridade política absoluta. E ao falar de "qualidade de vida" para todos, implica sobretudo os que, em todo o mundo, vivem

abaixo do nível do limiar da pobreza. Mais: não diz respeito apenas ao presente do mundo, mas ao seu futuro. O mundo é aqui pensado (como em Hannah Arendt) enquanto lugar de todos - os de ontem, hoje e amanhã; como algo que partilhamos mas que nos transcende e pelo qual somos responsáveis.

"Qualidade de vida" surge aqui como um novo conceito a substituir o de desenvolvimento, a exigir "um conjunto articulado de direitos e deveres [bem como] um objectivo claro para os decisores políticos e os elementos dinâmicos da sociedade civil³⁴". Trata-se pois duma nova atitude política, para governos e cidadãos, e que supõe - dirá MLP - a "capacidade do *cuidado* pelo outro, que a humanidade pode desenvolver".

Aqui, na linha de Carol Gilligan e outras feministas³⁵, MLP desterritorializa a palavra *cuidado* da sua habitual referência à esfera do privado e das mulheres. E assentá-la-á na noção de *Sorge* (cuidado) de Heidegger - que lhe dá o estatuto de componente determinante do sujeito e sua consciência do estar-no-mundo, o *Dasein* (traduzido para português, pela filosofia, como "Ser-aí").

MLP tornará a conjugação do verbo cuidar - sempre no presente do indicativo (e nunca no condicional) - a primordial exigência da acção política. Mais: fará da acção de cuidar a responsabilidade central de toda a política: governação articulada com a cidadania no espaço público. O objectivo é o de instaurar uma nova ética, que designa agora como *ética do cuidado*.

Mas o que implica então uma política guiada pelo *cuidar*?

MLP define-o em sucessivas intervenções, durante os anos de trabalho da Comissão e nos que se lhe seguiram. Cito parcelarmente:

Cuidar é uma das componentes do ser e supõe prestar atenção numa intensidade do ver - e Alberto Caeiro, Sophia de Mello Breyner, Simone Weil, são

³⁴ Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. "Pref." MLP. *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver Melhor*. Trad. a várias mãos e revista por MLP. Lisboa: Inova, 1998, X.

³⁵ Cfr.: Mary Jeanne Larrabee (Ed.). *An Ethic of Care. Feminist and Interdisciplinary Perspectives*. NY/London: Routledge, 1993.

neste contexto por si convocados. É que não há cuidado sem atenção. A capacidade de cuidar, pervertida pelo individualismo e neo-liberalismo, gira sobre a noção de responsabilidade pela vida do outro, de todos os outros, mais que sobre direitos e regras; e exprime-se por atitudes, não por princípios. E para isso o pensamento de Heidegger, de Hans Jonas, Paul Ricoeur, Emmanuel Levinas, Hannah Arendt, entre outros, ser-lhe-á de maneiras diversas inspirador.

Invalida os verbos políticos habituais: "organizar, planear, gerir, prever"³⁶, substituindo-os por novas formas de equacionar os problemas e de formular as políticas públicas a longo prazo, imaginando e construindo cenários possíveis em vez de fazer decorrer o futuro linearmente do presente.

Será a capacidade de cuidar na humanidade que pode permitir um novo equilíbrio ser humano/natureza, a integridade da natureza, a redefinição do equilíbrio industrial, que faz rever a actual equação produção / consumo.

E fará notar que só a solicitude e o cuidado, que excedem a justiça, possibilitam a vontade de criar condições viáveis para a qualidade de vida de todos.

Nesta linha, convocará em 92, em Lovaina, à "construção política de uma Europa da generosidade, capaz de abraçar os acontecimentos contemporâneos, enquanto parceira sólida dos povos de outros continentes"³⁷. Em 2000 em Lisboa, ouvi-la-emos afirmar:

Enquanto o mundo e cada estado deixarem uma parte dos cidadãos na impossibilidade de um mínimo de qualidade de vida, está em causa a ética da acção política. A dignidade humana do todo social não comporta hiatos, o que o economista Amartya Sen, prémio Nobel, afirma com clareza. Afirmá-lo não é apenas um problema de orientação social, fruto da compaixão. É [...] fruto da ciência que aí está em causa - a economia - e da própria compreensão das ciências e da vida em sociedade. O que é necessário tem de ser viável.³⁸

O Relatório *Cuidar o Futuro* expõe múltiplas linhas programáticas para essa nova política. Apenas alguns pontos, que implicam a total revisão das políticas correntes:

- substituir a quantidade por qualidade, de bens e de serviços: fazer mais com menos,

³⁶ Arquivo MLP, 0210.002, 2004 e Arquivos MLP, 0210.001.

³⁷ MLP. "Égalité – Identité". Louvain 1992. Arquivo MLP, 1226.915,11.

³⁸ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, 17.

sob pena de o planeta não ter condições de sobrevivência para as gerações futuras³⁹;

- abrir à participação dos cidadãos as decisões e o controlo do seu cumprimento;
- introduzir a variável ambiente, que põe em causa o fundamento de todas as iniciativas;
- reconhecer que ciência e tecnologia não são neutras: nem tudo o que é viável é socialmente aceitável⁴⁰;
- instaurar mecanismos políticos de regulação do poder económico e financeiro (1999, Paris⁴¹);
- utilizar os instrumentos conceptuais do nosso tempo⁴². Etc.

Aqui, olhando de novo para os inícios, vemos incorporada uma visão e uma energia que vêm de trás e se intensificam agora aqui: nesse investimento no cuidar dum espaço público forte, capaz de se fazer ouvir e de tornar-se ele próprio espaço de cuidado das pessoas, do mundo, da natureza, ou seja: o cuidar como matriz política.

8. Termino com um breve *zoom* ao trabalho da Comissão anterior ao próprio relatório que, significativamente, foi intitulado *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*⁴³. (Aliás, a própria Comissão acrescentou ao seu nome inicial a indicação da sua proposta fundamental, passando a chamar-se: "Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida".)

E a razão para este *zoom* é a própria constituição da Comissão e seus modos de operar constituírem, a meu ler, um ponto de aplicação privilegiado daquilo a que se propõe. Trata-se de um exercício prático à roda de um problema, o da população mundial, no qual todas as esferas do humano se tocam (objectivas e subjectivas, a nível social, económico, cultural, político, etc).

³⁹ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 19. E ainda: - pôr em prática os instrumentos jurídicos internacionais; praticar igualdade entre povos e pessoas, com uma partilha entre nações; promover a universalidade, não a uniformidade; - redefinir o trabalho em termos duma sociedade activa (1999, Paris).

⁴⁰ MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 4.

⁴¹ MLP. "Femmes et hommes au pouvoir. Rapport." Paris, Centre International de Conférences, 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

⁴² MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11.

⁴³ Aliás, a designação inicial da Comissão alterou-se no final, acrescentando às questões da população a "qualidade de vida".

O estado do mundo recebe aqui uma análise sistémica, articulada entre-saberes, à procura de "pontos de intersecção"⁴⁴ e de soluções não isoladas mas intersectoriais. E estes modos (que destaquei) de designar perspectivas ou modos de análise são por si indicativos de diferentes elementos científicos dos quais MLP se diz devedora e que remete para cientistas como Prigogyne, Francisco Varela, Kenneth Boulding, Henri Atlan, entre outros. Através deles se vai aprofundando a sua leitura do mundo e os modos de pensá-lo. Essas designações, a meu ver, evocam também o modo como MLP concebeu o seu programa do Ministério dos Assuntos Sociais em 76, o seu gabinete ministerial em 79, a forma da governação: interdepartamental, trans-sectorial, sistémico, etc.

Também a forma de constituir a Comissão pôs em prática princípios conceptuais que MLP defendia: número igual de homens e mulheres (aliás, uma mulher mais), de um número equilibrado de países do norte e do sul em todos os continentes e competências diferenciadas mas equivalentes.

Além disso, a força condutora da pesquisa foi a atenção prestada às realidades locais e a escuta de "vozes das pessoas" nas diferentes regiões do globo, através duma metodologia que MLP introduziu (e trouxe depois para Portugal): as audições públicas. E também aqui vejo uma afinidade entre elas e o método usado por MLP no V Governo com as presidências abertas - em nada semelhantes às que depois se fizeram.

Múltiplas e diversas também foram essas pessoas ouvidas nas sete audições públicas: umas, sem qualquer literacia, outras, membros da comunidade científica, directores de serviços públicos, ONGs e outras organizações da sociedade civil, homens e mulheres anónimos, jovens e adultos, vivendo os problemas em análise⁴⁵. Estes e outros traços que configuraram a Comissão e a sua tarefa surgem como exemplares pela sua coerência com a visão que lhe subjaz.

⁴⁴ Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. "Prefácio" de MLP. *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver Melhor*. Trad. a várias mãos e revista por MLP. Lisboa: Inova, 1998, XIII.

⁴⁵ MLP. "Prefácio". *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver*, XI.

Em línguas como o português, o título *Cuidar o Futuro* inscreve uma particularidade significativa, pela sua construção agramatical: *Cuidar o Futuro* - e não *Cuidar do Futuro* - dá visibilidade à relação transitiva entre atitude e objecto do cuidado, sem que uma preposição os separe. *Cuidar o Futuro* aponta ainda não a um presente descuidado, fechado sobre si mesmo, como um *em-si* ou *para-si* (o que o tornaria figura pobre da temporalidade humana), mas a um presente investido de futuro, a abrir condições de possibilidade à vida dos que depois de nós virão⁴⁶.

Com razão chamaram a MLP, no título do livro que nos seus 70 anos um grupo de cidadãs e cidadãos lhe ofereceu, "*Mulher das Cidades Futuras*". Também o seu pensamento foi considerado "utópico" e com razão: o lugar que concebeu, pelo qual gastou a vida, não existe ou não existe ainda.

Em MLP, o investimento do presente pelo futuro vinha habitado pela intensidade de "um outro futuro" (no sentido escatológico cristão), a inquietar e desassossegar o presente histórico, a incitar - no aqui e agora - à edificação de um mundo mais habitável para todos, quer se veja ou não. E é justamente isso que a levará a duas afirmações complementares: a de *desviver*, no sentido do castelhano - "viver intensamente" - o presente e a de manter sempre no olhar o futuro:

- Do texto intitulado, já em 1985, "O futuro está no presente":

[...] a liberdade não está num "depois", mas está no próprio cerne da situação que vivemos.⁴⁷

- E da sua última entrevista, em 2004:

[...] tenho a noção de que aquilo de que faço parte é uma coisa que há-de vir, e esse "há-de vir" é para mim suficiente.⁴⁸

Isabel Allegro de Magalhães
10 de Julho de 2009

⁴⁶ *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*, foi publicado em várias línguas, de 1996, e enviado aos governos de todos os países do mundo como um conjunto de recomendações para outra política, em que governos e cidadãos tomem o mundo e a vida das pessoas a seu cuidado, alargando assim, no espaço e no tempo, o espaço público, adensando a sua significação.

⁴⁷ MLP. " O futuro está no presente". In *Dimensões da Mudança*. Pref. Eduardo Prado Coelho. Porto:

Afrontamento, 1985, 8.

⁴⁸ Entrevista a Anabela Mota Ribeiro, publicada postumamente. Suplemento do *DN*. 16.10.04.